

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Open Knowledge Foudation Brasil é uma entidade de direito privado constituída em 03 de outubro de 2013, sob a forma de associação, com sede e foro no município de São Paulo, estado de São Paulo, à rua Peixoto Gomide, 388/41, Jardim Paulista, 01409-000, São Paulo/SP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 19.131.243/0001-97, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, políticos-partidários ou religiosos, e se rege pelo Estatuto Social e legislação aplicável. Tem como objetivos principais, conforme artigo 4º:

- a) Promover a liberdade de acesso, uso, criação, recombinação, estudo e disseminação de conhecimento;
- b) Promover e facilitar o usufruto dessas liberdades;
- c) Opor-se fundamentalmente a quaisquer tipos de restrições (legais, técnicas, públicas, privadas etc.) a essas liberdades, observando o equilíbrio entre os direitos individuais;
- d) Encontrar formas sustentáveis de atingir seus objetivos.

A Open Knowledge Foudation Brasil atuará de forma coordenada com a “Open Knowledge Foudation – OKF”, organização internacional sem fins lucrativos, com sede em Cambridge, Reino Unido, que tem por missão a promoção do conhecimento livre em todo o mundo. A Open Knowledge Foudation Brasil, de acordo com o artigo 3º da Lei 9790, de 23 de março de 1999, atua para a promoção livre da educação, do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, para a experimentação, não lucrativa, de novos, modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção; a promoção de direitos estabelecidos e construção de novos direitos; a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais e dos estudos e pesquisa, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES**

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da

Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

### **3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

#### **RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)**

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

### **4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

b) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

c) **Ativos circulantes – Contas a receber** - As contas a receber são registradas pelo valor faturado.

d) **Passivo Circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes e encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

e) **Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

f) **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

g) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

## 5. SALDOS DE PROJETOS

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados em parceria com instituições financiadoras, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Descrição	2016	2015
Gastos Abertos	34.207,36	83.875,68
Libre	207.991,15	00,00
Mira	531,37	561,37
Queremos Saber	450,00	450,000
GT de Ciência Aberta	90,00	90,00
<b>TOTAL</b>	<b>243.269,89</b>	<b>142.448,46</b>

## **6. PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES**

### **(Resolução CFC No. 1.180/09 NBC TG 25)**

Conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos da Entidade, não são esperadas perdas prováveis que devessem ser registradas nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

## **7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do **déficit de R\$ 6.231,09**.

## **8. RECEITAS**

### **(Resolução CFC No. 1.412/12)**

Em atendimento a Resolução do CFC No. 1.412/12 que aprova a NBC TG 30, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (receitas provenientes de convênios firmados com empresas privadas), são registradas pelos valores contratados pelos convênios firmados.

## **9. DO RESULTADO DO PERÍODO**

O déficit do exercício de 2016 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

## **10. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)**

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

## **11. DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS**

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, conforme demonstrativo em anexo:

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Apoio Financeiro Pessoa Jurídica Destinado a Projetos	295.466,12	418.952,31
Apoio Financeiro Pessoa Jurídica Destinado a Governança	150,00	00,00
Overhead Destinado a Governança	107.417,18	00,00
Apoio Financeiro Pessoa Física Destinado a Projetos	00,00	1.162,20
Apoio Financeiro Pessoa Física Destinado a Governança	00,00	495,31
<b>TOTAL</b>	<b>403.033,60</b>	<b>420.609,82</b>

São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

Ariel Kogan

Diretor Executivo

CPF: 233.624.698-84



Raul Paulino Torres

Contador - 1SP265092/O-6

CPF: 314.637.888-43